

Gilberto Azanha

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento - as Possibilidades de Desenvolvimento Sustentado para as Sociedades Indígenas no Brasil

"Nós não queremos enriquecer; queremos rir, viver satisfeitos com os nossos filhos, parentes e patrícios e viver bem" (Sabino de Albuquerque, "capitão" da aldeia Terena de Cachoeirinha, em 1999)

Antes de discorrer sobre o tema proposto, "as possibilidades reais de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas" - e mesmo correndo o risco de repassar obviedades - gostaria de levantar um conjunto de questões sobre as noções de "desenvolvimento sustentado" e "etnodesenvolvimento". Creio que tal abordagem inicial se faz necessária para averiguarmos se estamos falando a mesma coisa quando empregamos tais conceitos. Isso porque desconfio que muitos de nós aqui presentes têm visões radicalmente diversas do que seja "desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas".

De início, é bom lembrar que durante muito tempo o sentido do termo desenvolvimento foi dado pelo grau de industrialização alcançado por uma dada sociedade. Enquanto sinônimo de industrialização (e avanço tecnológico), conotou e definiu o processo de transformação do ambiente natural com a finalidade de gerar riquezas materiais (produtos), impondo ao mesmo tempo estes produtos como novas "necessidades" para o conjunto da sociedade. A noção de "progresso" (enquanto contraponto entre "atraso"="pobreza" = sem ou pouco "produtos" e "moderno"="riqueza" = abundância de produtos ou "necessidades satisfeitas") deriva destas noções. A partir deste conjunto verdadeiramente ideológico de "conceitos" que se estabelece os parâmetros do bem estar social (crescimento populacional, aumento da renda per capita, padrão alimentar medido pelo consumo de proteínas, nível de escolarização crescente e, sobretudo, elevado padrão de consumo).

A crítica feita a esta redução da noção de desenvolvimento à de industrialismo, nas décadas de 70-80, (por sociólogos e economistas sobretudo) conduziu à qualificação do termo. Assim, os conceitos de "desenvolvimento dependente" e "desenvolvimento sustentável", por exemplo, nasceram deste esforço, apesar de visar fenômenos sociais diversos. A primeira qualificação buscou dar conta do tipo de desenvolvimento até então alcançado ou alcançável ou mesmo visado nas/pelas economias das sociedades ditas periféricas - identificando a dependência externa ao capital internacional como fator limitante ao processo de industrialização. Apesar de ter colocado a discussão sobre as perspectivas de um desenvolvimento autônomo, a referência de fundo desta teoria continuou a ser o processo de industrialização como principal agente da mudança social. A segunda qualificação - sustentável - é mais recente e se apresenta com um outro recorte epistemológico - já que interno ao próprio conceito - e pretende impor um limite na escala dos processos de industrialização, qualificando ou reputando de "sustentável" apenas os processos industriais/tecnológicos que reinvestiriam parte da riqueza na reposição e conservação dos recursos naturais.

A década de 90 - sobretudo após a publicação do Relatório Brudtland, em 1987 - consolidaria esta qualificação do desenvolvimento sustentável como politicamente correta... Economistas e planejadores dos bancos multilaterais de desenvolvimento exultaram com o relatório, pois ali previa-se (otimisticamente) que os transtornos ambientais causados pelo processo de industrialização poderiam ser corrigidos através de taxações específicas - posto que derivados de "defeitos" na mera alocação dos recursos naturais. Assim, o processo industrial estaria a salvo de uma crítica mais contundente, e poderia continuar de vento em popa - o lucro e o mercado permanecendo como a força motriz do "bem estar social" (Veiga, 1991).

Entretanto alguns economistas importantes, críticos e pessimistas em relação às esperanças explícitas do relatório Brudtland, passaram a colocar em cheque as possibilidades da ciência econômica (com os instrumentos disponíveis) de contabilizar os custos ambientais (e assim definir as taxas de reposição). Além disso, alegam que para tanto seria necessário mudar o arcabouço teórico-cultural que sustenta o desenvolvimento industrial, dado que o seu paradigma é a dominação da natureza e sua total dessacralização e objetização.

Os pressupostos cartesianos e mecanicistas (fundados na cisão espírito/matéria e no dualismo razão/realidade que instaura) - deste paradigma fundante da ciência ocidental têm sido, desde Gregory Bateson (com sua "ecologia do espírito") posto em cheque por um conjunto de intelectuais importantes. Frente ao antropocentrismo cartesiano, coloca-se o cosmocentrismo; à dessacralização, o "reencantamento do mundo"; à integração global, a autosuficiência etc.

É neste contexto que se "descobre" a vocação das sociedades indígenas (de preferência "isoladas"), para assumirem a vanguarda simbólica desta crítica, seja como orientadoras de novas posturas éticas frente ao desenvolvimento tout court, ou como fonte de conceitos para uma nova sociedade alternativa ou ainda como peça de resistência concreta ao "desenvolvimento capitalista".

Iara Ferraz, coloca sucinta e claramente a questão do etnodesenvolvimento no contexto das sociedades indígenas brasileiras:

"E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas" (Ferraz, 1997)

Antes porém, uma palavra sobre a qualificação "etno" ao desenvolvimento. Segundo o proponente do conceito (Stavenhagen), seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade (sua etnicidade). Desenvolvimento nesta acepção tem pouco ou nada a ver com indicadores de "progresso" no sentido usual do termo (PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc...). Ou na definição daquele autor: "O etnodesenvolvimento significa que uma etnia - autóctone, tribal ou outra - detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses" (1991:57 - tradução minha).

Segundo este autor, os princípios básicos para um etnodesenvolvimento - em termos gerais - seriam os seguintes: "objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas ao invés de priorizar o crescimento econômico; embute-se de visão endógena, ou seja, (em) dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visa autosustentação e independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, (com) atividades mais participativas" (1985: 18-19, apud Inglez de Sousa, 1996).

Assim definido, o termo escapa às críticas de, apesar da qualificação "etno", permanecer no horizonte conceitual do "desenvolvimento" enquanto categoria "ocidental" (por exemplo, Perrot 1992, citado por Inglez de Sousa, op. cit.). Esta crítica lembra a posição de von Ihering, no início do século, quando preconizava o "desaparecimento" das sociedades indígenas porque não as via capazes de reagir positivamente ao contato (quer dizer, mantendo suas diferenças - cf. Souza Lima, 1985).

Mas estas posições não consideram a força adaptativa das culturas e muito menos a reação autocentrada das sociedades indígenas frente aos processos de mudança induzidos pelo exterior- refletida na mudança para a preservação das diferenças, ou no "plus ça change, plus c'est la même chose" tematizado por Bateson (1978: 441). Acredito, sim, na possibilidade do etnodesenvolvimento tal como definido por Stavenhagen (aliás o CTI já explicitava essa "fé" em atos e textos antes mesmo do autor em foco expressá-lo - de forma brilhante - teoricamente).

Nestes termos, "etnodesenvolvimento" quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolveria os seguintes indicadores: aumento populacional, com a segurança alimentar plenamente atingida;

aumento do nível de escolaridade (seja na "língua" ou no português) dos jovens aldeados;

procura pelos bens dos "brancos" plenamente satisfeita através de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas de mercado na captação de recursos financeiros;

domínio pleno das relações com o Estado e agências de governo ao ponto da sociedade indígena definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas;

Estes pontos podem também ser tomados como as grandes linhas ou metas ideais de um "projeto" de etnodesenvolvimento sustentado para sociedades indígenas. Porém, tais metas envolveriam, penso, a resolução prévia das seguintes questões: da segurança territorial (satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígena);

do usufruto exclusivo dos recursos naturais;

da demanda por produtos manufaturados e dos meios para conseguí-los;

do tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para a aquisição de produtos manufaturados;

da escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e na identificação de como cada sociedade indígena específica fixa(fixou) este nível e

da internalização dos recursos financeiros gerados através dos canais tradicionais de distribuição/circulação

Tais questões são portanto os pressupostos para a execução de qualquer projeto na direção de um etnodesenvolvimento. Como observou Bruce Albert "...a interrelação entre economia, território e situação sanitária é o nexó ecológico sobre o qual se exercem as pressões adaptativas do contato - tais como a redução territorial, sedentarização, concentração demográfica, perturbações ambientais - e a partir do qual elas podem ser avaliadas e eventualmente corrigidas (Albert, apud Müller, 1997 - grifo meu). E colocam como horizonte fundamental para os projetos a questão da autonomia (na gestão dos recursos e na definição dos limites de produção), ponto chave que permeia todas as questões colocadas acima. Em resumo, trata-se de colocar a meta/horizonte de um projeto nos seguintes termos: o aumento populacional e dos índices de escolarização, tomados em termos absolutos, não são indicadores de sucesso para projetos de etnodesenvolvimento.

Portanto, a questão da "geração de renda" (isto é, da entrada dos recursos financeiros necessários para o atendimento de serviços - sim, porque tem sociedades hoje que pagam com recursos próprios sua assistência de saúde ! - e aquisição dos produtos monopolizados pelos "brancos") é crucial para qualquer projeto de etnodesenvolvimento. E essa questão passa necessariamente pelas transações com o "mercado" - desculpando a obviedade. Sem pretender fazer uma etnografia exaustiva das relações das sociedades indígenas brasileiras com o mercado, gostaria de colgar alguns pontos sobre o tema.

Tradicionalmente, as relações das sociedades indígenas brasileiras com o "mercado" - entendido como uma expressão que define um conjunto de relações sociais originados na e pela troca de mercadorias - pautaram-se pela unilateralidade, posto que impostas pelas frentes nacionais de contato. Desconsiderando o curto período (que podemos classificar de "inaugural") do assim chamado "escambo" - onde prevaleceram relações de reciprocidade - as relações de troca com as sociedades indígenas, restringiram-se a duas modalidades, em função da demanda imposta por aquelas frentes: por mão-de-obra (isto é, onde ela foi ou é remunerada - pois a servidão não é, por definição, uma relação de troca) e por matéria prima, bruta ou implicando, no máximo, um beneficiamento simples, artesanal (a farinha de mandioca, a amêndoa da castanha-do-pará, a "pela" de borracha, pescado seco, entre outros). Do lado das sociedades indígenas, as mercadorias de "aviamento" (querosene, sal, ferramentas agrícolas, espingardas e munição, anzóis/linhas, a cachaça etc.) se impuseram como as "necessidades" básicas incorporadas pelas quais valeria a pena transacionar com os "brancos".

Tomando essa clivagem para caracterizar as relações com o mercado, podemos dizer que a demanda por produtos extrativos (vegetal, animal - aqui pensando no pescado - e mineral, a garimpagem artesanal como uma modalidade de extrativismo) deu-se e tem se dado basicamente na Amazônia; e que a troca envolvendo a força de trabalho nas outras regiões (sobretudo nordeste e sul, com a liderança do MS, com os Kaiowá e Terena). Nos cerrados do Planalto Central (território das grandes sociedades Jê: Bororo, Xavante-Xerente, Kayapó e Timbira), foi a terra (a necessidade de pastagens) o móvel da troca - após, evidentemente, o período de confronto -: os índios recebiam mercadorias pelo uso das pastagens (foi através deste tipo de "arrendamento" que os Bororo, Xerente e todos os grupos Timbira perderam parcelas significativas de seus territórios...). Está claro - como mostraram as etnografias das relações de contato interétnico feitas na década de 60 pelos alunos de Roberto Cardoso de Oliveira - que o caráter da frente de contato (se predador/extrativista ou colonizador/pastoreio) foi determinante para marcar as relações de troca que se seguiram e de que modo estas relações orientaram o sentido das mudanças que se verificariam nas sociedades indígenas afetadas.

Mas é preciso notar também que a intensidade das transações variaram ao longo da história: no seu grau mais intenso, foi devido à maior demanda por determinados produtos ou por sua "facilidade" de acesso (ao impor aos índios situações de exploração intensiva, como no caso da borracha e da castanha-do-pará); em outros casos, e em determinadas situações, a intensidade das transações chegou a um ponto tão insignificante que tornou-se uma relação marginal ou mesmo "clandestina" (é o caso de inúmeras sociedades indígenas, principalmente do Planalto Central, que não tendo nada para "oferecer" além de uma terra já protegida por lei - e portanto, fora do mercado - tornaram-se também - e por isso mesmo - "fora da lei": as transações neste caso se fazem/fizeram na clandestinidade, pela venda ilegal de madeira, uso da terra para plantio de maconha etc., arrendamentos e permissões de caça/pesca também ilegais etc.).

Por outro lado, hoje - quer dizer, nos últimos 20 anos digamos - muitas sociedades indígenas vêm produzindo bens destinados exclusivamente à comercialização, visando a aquisição de produtos industrializados, afetando a distribuição do tempo para as atividades cotidianas de subsistência e para os rituais. É o caso das pequenas sociedades indígenas da Amazônia contatadas pela FUNAI nas décadas de 70 e 80, que foram "atraídas" justamente pela oferta "gratuita" de produtos industrializados importantes para sua sobrevivência (ferramentas, panelas, armas de fogo, tecidos, roupas etc.). Durante muito tempo continuaram a receber estes bens de "graça"; com a falência da FUNAI, elas passaram a produzir bens para o mercado para conseguirem repor aquelas "necessidades" (cf. Müller, 1997 e Ferraz, 1997). Mas mesmo nestas situações é possível controlar o tempo para a produção do "bem de mercado" e ajustá-lo sem traumas ao cotidiano da vida social - como tem demonstrado o projeto de garimpagem manual (na verdade, trata-se de um extrativismo mineral) levado a efeito pelos Waiãpi do Amapá, com apoio do CTI. Aliás, este caso demonstra que, além da possibilidade de ajuste, o que se ganha em matéria de autonomia política compensa todos os esforços e embates que acarreta a produção do "novo" bem (para os Waiãpi, o ouro aluvionar).

Portanto, a unilateralidade da relação ainda é a situação que prevalece no contexto das sociedades indígenas brasileiras. Contudo, algumas iniciativas recentes vêm tentando reverter este quadro, ao pretenderem impor produtos indígenas ao mercado, seja através de uma parceria comercial para atingir um público disposto a pagar um sobrepreço justamente por ser produto indígena (como os Kayapó da aldeia Pykany e a empresa inglesa Body Shop), seja através de parcerias comerciais com pequenos produtores para ganho de escala e do mercado "alternativo" (como é o caso do projeto "Frutos do Cerrado", do CTI-Centru), ou ainda pelos esforços de dirigir produtos indígenas para nichos de mercado ultra especializados (por exemplo, com a produção de artesanato sofisticado para coleções, como propõe Müller no texto citado ou para ecoturistas). Vale acentuar aqui, que o mais importante nestas experiências, é que todas elas partem da vocação histórica e cultural específica da sociedade indígena e do controle interno do tempo para a produção para o mercado, possibilitando-lhes o domínio sobre os limites da produção e por conseguinte, das "necessidades" externas. Talvez Isabel Giannini possa intervir aqui para indicar se - e de que modo - o projeto de manejo florestal dos Xikrin se enquadraria nestes parâmetros.

Sobre as possibilidades financeiras e mecanismos de fomento para projetos de etnodesenvolvimento.

As possibilidades financeiras creio que todos conhecem: a maioria das experiências já realizadas ou em curso, vêm sendo suportadas financeiramente por agências de cooperação internacional (privadas e públicas). As fontes de recursos governamentais internos, por enquanto, apenas duas alternativas concretas - o PD/A (com a palavra Ricardo Verdum e as experiências em curso...) e o FNMA - e uma promessa, o PDI (Programas Demonstrativos para as Populações Indígenas, no âmbito também do PP G7). A FUNAI, sabemos, lamentavelmente não dispõe de recursos e muito menos cultura interna para financiar e propor projetos desta natureza.

O FNMA é uma boa fonte, mas seus mecanismos de elegibilidade, avaliação, acompanhamento e prestação de contas, além de rígidos, são complexos, impossibilitando a algumas comunidades indígenas - senão a maioria - o acesso aos recursos (porém, ONGs de apoio que acompanham alguns grupos já apresentaram projetos bem sucedidos ao FNMA). Resta ainda os recursos disponibilizados - em geral, através da FUNAI - para algumas sociedades indígenas "impactadas" por grandes obras de engenharia (barragens, linhas de transmissão, estradas de ferro e de rodagem, hidrovias) - mas tenho minhas dúvidas sobre se tais recursos têm de fato fomentado o etnodesenvolvimento, ou uma dependência crescente em relação às "agências" financiadoras (CVRD, Eletronorte, Furnas...a exceção, creio, seria o PWA - com a palavra o colega Porfírio Carvalho).

Quanto aos mecanismos de fomento, gostaria de expor um resumo das idéias que propus - recente e informalmente - para o PDI. O perfil ideal para o PDI seria fomentar projetos (isto é, estimular e propiciar sua elaboração e execução), para um universo fechado (quer dizer, limitado pelo conjunto das terras indígenas situadas na Amazônia e Mata Atlântica); logo, por definição, deveria contemplar a todos os interessados dentro de um horizonte finito de tempo (digamos 05 anos, como prazo mínimo para garantir a "sustentabilidade das demarcações" auspiciadas pelo PPTAL). Neste sentido, ele diferiria radicalmente do PD/A e também do FNMA - cujos perfis são pautados pela manutenção de uma carteira de

projetos aberta a propostas da sociedade - e em tese "infinita". Contudo, seria preciso definir critérios de prioridade (por exemplo, TIs mais expostas a pressões) e que resulte num cronograma de implementação dos subprojetos.

Penso que seria necessária uma assistência técnica permanente para discutir/preparar/orientar in loco os "clientes" do PDI que, junto com os quadros administrativos, comporiam uma Secretaria Técnica, em moldes semelhantes ao PDA. Estas equipes técnicas deveriam ter disponibilidade para - com apoio dos funcionários locais da FUNAI, FNS, ONGs, dos dirigentes das organizações indígenas "macro" e contando ainda (quando for o caso) com o antropólogo conhecedor do grupo - discutir e elaborar os subprojetos com as autoridades indígenas das terras indígenas, definindo ainda sua equipe executora. O ideal é que cada equipe fosse composta por um antropólogo especialista em projetos, um sanitarista com experiência de trabalho com populações indígenas, um agrônomo-ecologista com experiência na Amazônia e um especialista em programas de educação para sociedades indígenas.

Assim, a "participação plena das comunidades indígenas envolvidas" e o monitoramento dos resultados - premissas metodológicas básicas do PDI - seriam contempladas concretamente através das oficinas de trabalho para a montagem dos subprojetos. A equipe "itinerante" do PDI se reuniria com as autoridades indígenas e demais representantes da comunidade e FUNAI durante 05-07 dias, no mínimo, por Terra Indígena, para a discussão e detalhamento dos subprojetos (o roteiro das viagens/oficinas poderia ser determinado pelo PPTAL). Nestas oficinas, em um primeiro momento, discutiria-se com as lideranças e demais membros das comunidades, em uma reunião geral aberta, os seguintes pontos:

avaliação das expectativas (demandas);

reorientação dessas expectativas para trabalhar as demandas por projetos;

apresentação e discussão do objetivo superior do projeto;

redefinição dos papéis das entidades envolvidas e discussão da noção de contrapartida

apresentação e discussão das demandas de médio prazo e sua canalização por associações indígenas locais já constituídas;

apresentação das entidades representativas (associações indígenas) e discussão sobre suas capacidades de gestão e seu contexto político interno (legitimidade);

apresentação e discussão do método de trabalho posterior e do formulário.

Num segundo momento trabalhar-se-ia, com um grupo menor de pessoas da comunidade (que inclui monitores, lideranças e autoridades indígenas e funcionários locais da FUNAI - se indicados pelas autoridades indígenas), na identificação dos problemas que impedem o alcance do objetivo superior ou geral anteriormente discutido, qual seja, o de autonomia na e para a gestão dos recursos naturais e humanos da TI visando a autosustentação econômica e diminuição da dependência política das comunidades envolvidas.

Penso que o estabelecimento de mecanismos de fomento beneficiando todas as TIs a partir do estabelecimento de critérios de prioridade escalonados no tempo, seria o ideal para o PDI - e dispensaria toda a estrutura de "julgamento" proposta para projetos "abertos". Caso contrário o que pode vir a ocorrer - e com certeza ocorrerá - é que aqueles grupos indígenas que não contam com o apoio e assessoria das ONGs dificilmente teriam acesso ao PDI e aos trâmites necessários para obtenção dos recursos - quanto mais condições para elaborarem projetos factíveis de passar por uma concorrência ("julgamento").

São Paulo, junho de 1999

Bibliografia citada

Almeida, M - Desenvolvimento e Responsabilidade dos Antropólogos:um ponto de vista - mimeo, sd

Azanha, G - Comentários e observações sobre o desenho preliminar do PDI - mimeo, 1999

Bateson, G - Steps to an Ecology of Mind - Ballantine Books, N.York, 1978

Ferraz, I - Observações acerca da produção de pessoas e bens entre as sociedades Tupi do Sudeste do Pará - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997

Inglez de Sousa, C - Etnodesenvolvimento, globalização e os desafios dos antropólogos - Comunicação apresentada no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996

Jerome, L e Petean, S - A Mebengokre Indian Village Goes Online - mimeo, 1999-06-19

Müller, R. - Duas décadas de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90 - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997

Souza Lima, A.C. - Aos fetichistas, ordem e progresso - dissertação de mestrado, Museu Nacional, 1985

Stavenhagen, R.- Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista - Anuário Antropológico nº 84, RJ - 1985

Veiga, J.E. - A insustentável utopia do desenvolvimento - comunicação apresentada no seminário "A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil", CEDEPLAR/ANPUR, MG - 1991